



**ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA**

**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**

**29 DE SETEMBRO DE 2016**



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A  
29 DE SETEMBRO DE 2016

No dia vinte e nove de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, na Delegação dos Serviços Municipais em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes do Protocolo de Colaboração com a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo;
- 4) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da contratação de Serviços de Licenciamento de Software Microsoft.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão tendo procedido de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, na qualidade de segundo secretário;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- José Fernando Nazaré Pereira;
- Manuel Jorge de Matos Rafael;
- José Luís Potes Pacheco;
- Maria Antónia Leal Boteta Gomes;
- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- Joaquim António Vilalva Teixoeira;
- Mário José Tirapicos Laranjeiro;
- Joaquim Maria Pinto Bento;
- Helena Isabel Barros Torrão;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, na qualidade de Presidente da Junta De Freguesia de Alcáçovas;

Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- Dário José Gaiato Anastácio;



- João Miguel Sítima dos Anéis.

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores, à exceção da senhora Vereadora Rosa Barros da Costa.

Nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão de mais dois pontos na ordem de trabalhos, relativos a matérias objeto de deliberação da Câmara Municipal em reunião realizada no dia 21 de setembro de 2016.

Os pontos propostos para inclusão foram os seguintes:

- 5) Pedido de autorização para atribuição de despesas de representação ao chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a nomear em regime de substituição, com efeitos a partir de 3 de outubro de 2016;
- 6) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da contratação de fiscalização no âmbito da Empreitada de Requalificação do Espaço Público do Centro Histórico de Viana do Alentejo.

A Assembleia, por unanimidade, reconheceu a urgência de deliberação sobre estes assuntos e autorizou a inclusão dos mesmos na ordem de trabalhos.

Assim, a ordem de trabalhos desta sessão ficou constituída como se segue:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes do Protocolo de Colaboração com a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo;
- 4) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da contratação de Serviços de Licenciamento de Software Microsoft;
- 5) Pedido de autorização para atribuição de despesas de representação ao chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a nomear em regime de substituição, com efeitos a partir de 3 de outubro de 2016;
- 6) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da contratação de fiscalização no âmbito da Empreitada de Requalificação do Espaço Público do Centro Histórico de Viana do Alentejo.

Mediante votação por escrutínio secreto, a mesa justificou por unanimidade a falta do membro Helena Isabel Barros Torrão à sessão extraordinária realizada no dia 13 de julho de 2016.



No período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que diversas Entidades têm acusado a receção das Moções que têm vindo a ser divulgadas após aprovação por este Órgão.

Referiu-se ainda o senhor Presidente a uma solicitação enviada pelo Sr. José Francisco Serrano Sabarigo, no sentido da alteração do texto relativo à sua intervenção, como público, na sessão de 29 de abril de 2016.

Passou-se à votação da proposta de ata relativa à sessão ordinária de 30 de junho de 2016. A mesma foi aprovada com treze votos favoráveis, não tendo participado na votação os membros Manuel Jorge Rafael, Helena Torrão e Mário Laranjeiro dado que não estiveram presentes na sessão a que a ata se refere.

Passou-se à votação da proposta de ata relativa à sessão extraordinária de 13 de julho de 2016. A mesma foi aprovada com quinze votos favoráveis, não tendo participado na votação o membro Helena Torrão dado que não esteve presente na sessão a que a ata se refere.

Ainda no período de Antes da Ordem do Dia, o membro João Antunes, em representação dos eleitos do Partido Socialista neste Órgão, apresentou uma Moção relativa à necessidade de Requalificação e Modernização da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, cujo conteúdo se transcreve integralmente:

### “MOÇÃO

Requalificação e Modernização da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa  
Com o objetivo de desenvolver a cooperação entre todos os parceiros locais e regionais na **Requalificação e Modernização da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa**, assim como, junto do Governo, concretamente junto do Ministério da Educação, por forma a responder favoravelmente às preocupações e anseios da população do Concelho de Viana do Alentejo, sobre a situação preocupante e de elevado risco para a saúde pública que a Escola apresenta.

Constatando que a Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa não integra a lista de estabelecimentos que vão beneficiar de fundos comunitários para intervenções de Requalificação e Modernização constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2016, pese embora a Escola integre o Mapeamento de Infraestruturas da Educação, o Despacho n.º 10805/2016 publicado em Diário da República de 2 de Setembro identifica 90 infraestruturas de educação a serem intervencionadas e autoriza a celebração de acordos de colaboração com os respetivos municípios.

Perante o exposto, sendo uma das competências da Assembleia Municipal solicitar e receber informação sobre assuntos de interesse do Município, o Grupo do PS na Assembleia Municipal vem pelo presente propor à aprovação desta Assembleia Municipal que se questione o Ministério da Educação e outras entidades competentes sobre as razões que



levaram à exclusão da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa da lista de Infraestruturas da Educação a serem intervencionadas no âmbito do Alentejo 2020.

Pela Bancada do Partido Socialista

João Pedro Valério P. M. Antunes

Após a leitura da Moção, o senhor Presidente da Câmara fez notar que a par da necessidade de Requalificação e Modernização da Escola Básica e Secundária de Dr. Isidoro de Sousa, outras existem no Alentejo em situação semelhante e que também não constam da lista de Infraestruturas da Educação a serem intervencionadas no âmbito do Alentejo 2020. O senhor Presidente da Câmara acrescentou ainda que são públicas as diligências que o Município tem efetuado no sentido da Requalificação da Escola Dr. Isidoro de Sousa, tendo sido realizada uma reunião com a Sra. Secretária de Estado da Tutela e aguardando-se o envio de uma proposta da sua parte.

O membro Helena Torrão, relativamente à Moção apresentada, disse que os eleitos da CDU concordam com o seu conteúdo, embora sugerindo que no último parágrafo em vez de se referir “... o Grupo do PS na Assembleia Municipal ...” se refira “... os Grupos do PS e da CDU na Assembleia Municipal...”

A propósito desta sugestão de alteração, o membro José Luis Pacheco disse não concordar com ela uma vez que a iniciativa política da apresentação da Moção foi da bancada do PS. Referiu que sempre assim tem sido e se a bancada da CDU concorda com o teor da Moção, só tem que a votar favoravelmente. Se a autoria da Moção é do Grupo do PS isso reflete que este está mais atento aos problemas da comunidade do que o Grupo da CDU e perante isso a CDU terá de fazer “mais trabalho de casa!”

O senhor Presidente da Assembleia, a este propósito, referiu que para existir coerência com os procedimentos que têm vindo a ser seguidos em situações semelhantes, há sempre abertura para se proporem alterações ao texto, sendo contudo inalterável o grupo que apresenta o documento.

Votada a Moção, foi a mesma aprovada por unanimidade. A respetiva divulgação será efetuada junto das seguintes entidades:

- Presidente da República;
- Primeiro-Ministro;
- Ministro da Educação;
- Secretário de Estado da Educação;
- Presidente da Assembleia da República;
- Presidente da Bancada Parlamentar do Partido Socialista;
- Presidente da Bancada Parlamentar do Partido Social Democrata
- Presidente da Bancada Parlamentar do Partido Popular;
- Presidente da Bancada Parlamentar do Partido Comunista Português;
- Presidente da Bancada Parlamentar do Bloco de Esquerda;
- Presidente da Bancada Parlamentar de “Os Verdes”;



- Representante do PAN – Pessoas, Animais, Natureza;
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- Diretora do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo.

O membro Helena Torrão apresentou, em nome dos eleitos da CDU a seguinte declaração de voto: “A bancada da CDU na Assembleia Municipal vota a favor da Moção de Requalificação e Modernização da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa apresentada pelo grupo do PS desta Assembleia, reconhecendo a importância e o valor desta moção pela urgência da alteração do espaço escolar e uma vez que esta propõe que” se questione o Ministério da Educação e outras entidades sobre as razões que levaram à exclusão da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa da lista de Infraestruturas da Educação a serem intervencionadas (...), “pergunta esta que carece de resposta plausível e que tal deve ser reivindicada para os órgãos com intervenção e pertinência na possível solução deste problema.”

O membro Helena Torrão colocou as seguintes questões, na sequência da recente inauguração do Paço dos Henriques em Alcáçovas:

“a) Dado que no próximo dia 4 de outubro se completa um mês após a inauguração do Paço dos Henriques e da sua abertura ao público, como tem sido a adesão a este novo espaço? Existe algum programa de dinamização? As pessoas do concelho têm demonstrado interesse no espaço e têm-no visitado? Qual o plano para o imóvel em causa?

b) Constatou que para a inauguração da Feira D’Aires/2016 foi convidado o Deputado do PS Norberto Patinho. Porque não foram convidados os outros deputados eleitos pelo Distrito de Évora?”

O senhor Presidente da Câmara, quanto a esta última questão informou que mediante os dados de que dispõe todos os deputados do Distrito de Évora foram convidados para a inauguração da Feira.

Quanto às demais questões colocadas pelo membro Helena Torrão, o senhor Presidente da Câmara disse louvar o interesse da CDU agora manifestado quanto ao Paço dos Henriques quando, durante anos consecutivos, “nem o portão se conseguia abrir devido ao estado de degradação do imóvel”. Sublinhou que em 2009, quando quis visitar o espaço, não conseguiu efetivamente entrar pelo portão...

Disse o senhor Presidente da Câmara que é inegável que os efeitos da obra de recuperação do Paço dos Henriques se estendem para além do país e que há um vasto conjunto de aspetos que, só por si, justificam a recuperação. Referiu-se o senhor Presidente da Câmara a uma parceria que existe com a ERTAR – Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, no sentido de implementar no Paço dos Henriques um projeto de âmbito imaterial, com o objetivo de tornar o espaço ainda mais universal do que já é. Contudo, esse projeto tem custos elevados tendo sido efetuada uma candidatura ao Programa Operacional Regional Alentejo 2020, na ordem dos trezentos e cinquenta mil



euros que engloba, entre outras vertentes, um centro documental e salas expositivas. Existe a expectativa de que este projeto venha a ser aprovado e obtido o respetivo financiamento. Contudo, independentemente desses conteúdos de cariz imaterial que vão enriquecer o espaço, o seu estado atual, sobretudo o Jardim, é motivo mais que suficiente para estar aberto ao público. O senhor Presidente da Câmara acrescentou que se as candidaturas ao novo Quadro Comunitário de Apoio tivessem tido início mais cedo, era provável fazer coincidir a conclusão física da obra com a entrada em funcionamento das componentes que se pretendem instalar.

Disse ainda o senhor Presidente que até à presente data, o espaço contou com cerca de seiscentos a setecentos visitantes.

O senhor Vice-Presidente salientou a monumentalidade e a simbologia histórica do imóvel em causa, atestadas no dia da inauguração por diversos especialistas. Disse que se outros motivos não existissem, estes já eram suficientes para justificar a recuperação do Paço.

Disse o senhor Vice-Presidente que à semelhança do senhor Presidente da Câmara, também ele se congratula com o interesse manifestado pela representante da bancada da CDU quanto ao Paço dos Henriques, recordando que numa sessão da Assembleia Municipal realizada no Monte do Sobral, esta mesma representante da CDU “não sabia muito bem se estava a favor ou contra a obra de recuperação do Paço!” O senhor Vice-Presidente disse ainda que, na totalidade, já visitaram o Paço mais de oitocentas pessoas, existindo também diversas excursões já agendadas, entre elas da freguesia do Cartaxo. O senhor Vice-Presidente formulou votos de que em futuros projetos municipais, a posição da CDU seja mais clara e acutilante.

O membro José Luis Pacheco, quanto à presença do Sr. Deputado Norberto Patinho na inauguração da última edição da Feira D’Aires, congratulou-se por esse facto. Registou que os Senhores Deputados António Costa da Silva, do PSD e João Oliveira, da CDU não marcaram presença, sendo expectável que apareçam no Concelho noutras ocasiões.

Disse ainda o membro José Luis Pacheco que em sua opinião há, por parte de algumas pessoas, “uma tentativa subtil de desvalorizar a obra do Paço.” Acrescentou, tal como por diversas vezes já referiu, que em sua opinião “o elefante branco das Piscinas de Alcáçovas, é o maior cancro financeiro do Município, servindo para subsidiar utentes vindos de outros concelhos.” Em contrapartida, a recuperação do Paço dos Henriques originou para a freguesia de Alcáçovas e para o concelho, uma mais-valia substancial. A título de exemplo referiu que recentemente visitou o restaurante “O Chocalho”, em Alcáçovas, estando lotado no rés-do-chão e a encaminhar clientes para o primeiro andar.

O membro Helena Torrão, a propósito dos deputados presentes e ausentes na inauguração da Feira D’Aires de 2016, disse que tendo o Deputado Norberto Patinho estado presente na sexta-feira, por ocasião da inauguração, constatou que os deputados João



Oliveira e António Costa da Silva visitaram a Feira, respetivamente no sábado e no domingo. Em seu entender, a missão de cada um ao deslocar-se à Feira é exatamente a mesma: fazer trabalho político no âmbito da respetiva força política. Na sua opinião, não lhe parece ser desprestigiante não ter estado na inauguração.

Quanto ao “elefante branco” a que o membro José Luis Pacheco se referiu para adjetivar as Piscinas Municipais de Alcáçovas, disse o membro Helena Torrão não ser essa, de todo, a opinião da bancada da CDU. A este propósito, perguntou ainda porque não rentabilizar o espaço das Piscinas de Alcáçovas, colocando-o ao serviço da comunidade?

O membro José Luis Pacheco, reportando-se ao investimento das Piscinas de Alcáçovas, no montante de dois milhões e quatrocentos mil euros, realçou que este equipamento teve o menor financiamento relativo de fundos comunitários do concelho (1.200.000,00 €), sendo o retorno muito baixo. Acrescentou que não existe nenhum concelho com a dimensão do de Viana do Alentejo que tenha duas Piscinas Municipais, tendo sido construída a segunda sem que a primeira estivesse concluída.

Quanto à sugestão de rentabilização das Piscinas de Alcáçovas a que se referiu o membro Helena Torrão, disse o membro José Luis Pacheco não se recordar de ter lido nalguma ata das reuniões da Câmara qualquer proposta apresentada nesse sentido.

O senhor Presidente da Câmara, quanto à sugestão de rentabilização das Piscinas de Alcáçovas e da sua colocação ao serviço da comunidade, aspetos referidos pelo membro Helena Torrão, disse que o comentário que se lhe oferece fazer de imediato é: “A CDU igual a ela própria, com o mesmo estilo e com os mesmos atores...” Salientou o esforço que tem vindo a ser feito para controlar os custos do equipamento em causa, tendo-se optado, nas épocas de Inverno, por concentrar as atividades em três dias por forma a reduzir as despesas. Mais uma vez o senhor Presidente da Câmara manifestou a sua perplexidade com a sugestão da CDU no sentido de proporcionar mais atividades à população na Piscina de Alcáçovas quando no tempo da maioria CDU apenas às crianças de Viana eram proporcionadas aulas de natação na Piscina da Aminata, em Évora. Ainda neste contexto, o senhor Presidente da Câmara recordou que em 2009, ao entrar no Jardim de Infância de Viana, verificou que chovia nas salas pelo que este executivo tratou da reparação do telhado. Lembrou ainda o senhor Presidente da Câmara que no tempo da maioria CDU, os alunos das Escolas do S. João e das Escadinhas, em Viana, não tinham transporte para se deslocarem ao refeitório da Escola Dr. Isidoro de Sousa para almoçar e que por esse motivo se alimentavam mal. Houve por parte da Câmara uma comunicação aos encarregados de educação informando-os que o Município não tinha condições de efetuar o transporte. Disse o senhor Presidente da Câmara que este executivo tratou de colocar um autocarro a transportar as crianças para o refeitório do Centro Escolar, proporcionando-lhes a possibilidade de usufruírem de uma refeição em condições. Ora a matéria “refeições” é mais básica do que a natação pelo que não se compreende como é que a CDU vem agora invocar determinados aspetos quando durante anos consecutivos descurou outros de maior importância.





O membro Helena Torrão, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara referiu que o projeto do Centro Escolar não começou com o atual executivo pelo que não deverá o senhor Presidente “puxar os louros para si”. Quanto às formas de dinamização das Piscinas de Alcáçovas, referiu-se este membro à possível aposta no associativismo. Disse que tendo sido realizada uma competição de natação em Viana, não lhe parece despropositado investir nessa área em Alcáçovas. Perguntou ainda se existe população sénior a praticar hidroginástica em Alcáçovas.

O senhor Presidente da Câmara, voltando a reportar-se ao tempo da maioria CDU em que não existia transporte para o refeitório da Escola Dr. Isidoro de Sousa, disse que gostaria de obter um comentário sobre esta situação. Realçou que quando o atual executivo tomou posse começou por proporcionar transporte para o refeitório às crianças que beneficiavam da Ação Social Escolar. Contudo, havendo relatos de que outras crianças se alimentavam mal ou não se alimentavam, alargou-se a possibilidade de transporte a todas.

Quanto à intervenção do membro Helena Torrão a propósito da “autoria” do Centro Escolar, disse o senhor Presidente da Câmara que é inegável que foi o atual executivo que fez o Centro Escolar. O projeto que existia não cumpria todas as normas legais e regulamentares e quer a Direção Regional de Educação quer a própria Direção da Escola apontaram diversas falhas, situação que implicou a elaboração de um novo projeto. Assim, apesar do projetista ter sido o mesmo, o projeto que veio a ser implementado foi outro.

A este propósito, o membro José Luis Pacheco referiu que o segundo projeto é que foi financiado.

O membro Fernando Janeiro disse recordar-se que em 2009 participou nalgumas reuniões na Escola, com os Encarregados de Educação e com o atual Presidente da Câmara, tendo sido manifestada a necessidade de transporte à hora de almoço. Depois de “muita ginástica” foi efetivamente possível começar a dar esta resposta.

O senhor Vereador João Penetra, mediante prévia autorização do senhor Presidente da Câmara, interveio para referir que as crianças que frequentavam as Escolas de S. João e das Escadinhas, em Viana, sempre foram almoçar ao refeitório da Escola Dr. Isidoro de Sousa. Iam a pé e acompanhadas das funcionárias das Escolas que frequentavam. O problema colocava-se nos dias de chuva e pontualmente, nalguns desses dias, foi efetuado o transporte.

O senhor Presidente da Câmara disse que ninguém percebe o que é isso de “pontualmente, nalguns desses dias” e que esta situação é que para si é difícil de entender pois a alimentação das crianças, durante anos, não os preocupou e agora preocupa-os a natação.

O membro João Antunes disse que são inquestionáveis as melhorias a nível da educação e cultura, conseguidas com o atual executivo. Disse que felizmente longe vão os tempos em que na quinzena cultural de Alcáçovas foi cabeça de cartaz a “Ti Maria da Peida” e em que o próprio Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, quando questionado sobre a cultura na freguesia, respondeu que “a cultura de maior relevo era a do pimentão”.



Disse ainda este membro que nada disto é comparável à classificação da Arte Chocalheira como Património Cultural Imaterial da UNESCO e à abertura ao público de um imóvel com a importância e a projeção do Paço dos Henriques...

O membro João Antunes manifestou ainda o seu regozijo pelo facto do Município, este ano letivo, ter oferecido os manuais escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, sentindo-se orgulhoso com esta medida de apoio às famílias.

Terminando o período de Antes da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período destinado à intervenção do público. Tendo recebido, da parte do munícipe José Francisco Serrano Sabarigo, dois pedidos de alteração dos textos que reproduzem as suas intervenções na ata da sessão ordinária de 29 de abril de 2016, no período destinado ao público, o senhor Presidente da Assembleia colocou a votação a seguinte alteração ao conteúdo do último parágrafo da folha treze da referida ata:

Onde se lê:

“O Sr. José Francisco Serrano Sabarigo referiu-se à necessidade de intervenção municipal em três locais da vila de Viana do Alentejo: Largo José Falcão, calçada do passeio junto ao estabelecimento comercial da Sra. Ilda Algarvio e Rua das Parreiras. “

Deverá ler-se:

“O Sr. José Francisco Serrano Sabarigo referiu-se à necessidade de intervenção municipal com a colocação de guardas devido ao desnível entre os passeios e as faixas de rodagem em três locais da vila de Viana do Alentejo: Largo José Falcão, calçada do passeio junto ao estabelecimento comercial da Sra. Ilda Algarvio e Rua das Parreiras.”

Esta alteração foi aprovada por unanimidade.

Quanto à segunda proposta de alteração sugerida pelo munícipe, o senhor Presidente da Assembleia demonstrou que a mesma nada acrescenta ao conteúdo do texto que consta da ata pelo que propôs a manutenção do mesmo. Esta proposta foi aprovada por unanimidade, nada havendo a alterar uma vez que a redação reproduz fielmente o que se passou.

O Sr. João Penetra, reportando-se à intervenção do membro João Antunes, disse que em sua opinião não havia necessidade de referir em tom pejorativo, que um Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas falou do pimentão quando o questionaram sobre cultura dado que a afirmação foi vaga e uma vez que a pessoa não está presente para se defender, em sua opinião não havia necessidade de falar desse assunto.

Quanto à falta de qualidade dos espetáculos a que se referiu o membro João Antunes, salientando negativamente um deles, o Sr. João Penetra perguntou se durante os dezasseis anos que a CDU esteve em maioria, não terá existido um espetáculo merecedor de elogio. Perguntou ainda se desde 2009 os espetáculos têm sido todos de qualidade.



O Sr. José Luis Pacheco considerou absurdo que só se possa falar das pessoas quando elas estiverem presentes, tal como preconizado pelo Sr. João Penetra.

Ainda a propósito da sua intervenção e das críticas do Sr. João Penetra, o Sr. João Antunes disse que pretendeu apenas sublinhar a colaboração estratégica entre o Município e a Freguesia de Alcáçovas na organização da semana cultural. Acrescentou que uma pequena dose de humor também é necessária pois “não devemos ser só cinzentos...”

Continuando na linha do humor, a Sra. D. Paula Maurício lembrou um deputado do Partido Socialista que perguntou “se não haveria outra cor de alcatrão para utilizar nas estradas...” A propósito de eventos, esta senhora lembrou que a Mostra de Doçaria, a Romaria a Cavalo e a Quinzena Cultural, entre outros, transitaram dos executivos de maioria CDU.

O Sr. José Francisco Serrano Sabarigo referiu-se a algumas situações em que as árvores na via pública estão demasiado altas e em desconformidade com as normas em vigor.

Referiu este munícipe que na Estrada entre o Cemitério de Viana e a Senhora D’Aires existem sobreiros podres, tendo ocorrido já um acidente com um motociclista.

Disse ainda este munícipe ter sido notificado pela Câmara Municipal para retirar um veículo da Zona Industrial de Viana, dado que lá se encontrava imobilizado. Contudo, tendo conhecimento da existência de uma viatura imobilizada no Loteamento da Quinta do Marco, em Viana, perguntou quais as diligências efetuadas para que seja retirada do local.

O senhor Vice-Presidente informou que em Alcáçovas já houve uma situação semelhante e que tendo o Município solicitado a remoção da viatura, a G.N.R. transmitiu que a mesma se encontrava à ordem do Tribunal, não podendo ser removida. Quanto ao caso em Viana, disse que iria verificar.

O senhor Joaquim Viegas informou que o veículo a que o Sr. José Francisco Serrano Sabarigo se referiu pertence à firma Gião & Fadista e que estando penhorado não se pode retirar do local, por enquanto. Acrescentou que este assunto anda a ser tratado desde abril.

O Sr. João Antunes, dirigindo-se ao Sr. João Penetra perguntou-lhe se reconhecia ou não o acréscimo que se tem vindo a verificar na área cultural.

O Sr. João Penetra considerou que este executivo tem dado uma boa continuidade às ações, devendo ser reconhecido que durante a gestão CDU se verificou um grande aumento de iniciativas. Quanto à colaboração entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Alcáçovas a que foi feita referência, o Sr. João Penetra disse que os próprios eleitos da CDU têm feito uma oposição construtiva e que na Assembleia de Freguesia de Alcáçovas também não têm



sido criados quaisquer problemas. A Sra. D. Sara Pajote referiu que também não têm sido dados motivos para a existência de problemas, até porque alguns eleitos da CDU, no início do mandato, pediram a demissão demonstrando desde logo a sua falta de interesse. Disse ainda esta Sra. que é inegável a qualidade que tem sido acrescentada aos eventos culturais. Acrescentou que embora a gestão CDU tenha apanhado “uma época de ouro”, em nada comparável à que se atravessa, não aproveitou essa oportunidade para dignificar as atividades sendo inegável que as últimas edições da quinzena cultural durante a gestão CDU, foram “uma nódoa”.

Disse ainda a Sra. D. Sara Pajote que talvez o Sr. João Antunes tenha exagerado um pouco na sua intervenção sobre a “cultura do pimentão” mas o que é certo é que não se pode escamotear que essa situação insólita aconteceu e envergonhou a freguesia de Alcáçovas. Disse ainda que ela própria se sentiu envergonhada com a resposta dada pelo então Presidente da Junta de Freguesia.

O Sr. José Luis Pacheco enalteceu a perspetiva positiva do atual executivo ao não descurar aspetos relacionados com a atividade económica e a este propósito disse ter assistido a manifestações da CDU a fechar portões da Escola Dr. Isidoro de Sousa, a tentar que o Centro de Saúde de Viana se mantivesse com horário noturno mas quando fechou a FRATEJO nunca viu qualquer manifestação da CDU para manter abertas as portas da fábrica. Em seu entender, com o encerramento dessa Fábrica foi desmantelado um setor produtivo basilar neste concelho para a seguir se transformar um local de imobiliária e afins.

O senhor Presidente da Assembleia disse que é evidente que a CDU, quando exerceu o poder, fez o que pode num contexto que financeiramente era mais favorável do que o atual mas há uma diferença de paradigma substancial entre o antes e o agora pois não é comparável uma semana cultural, que já vinha da gestão CDU, com o facto deste executivo estar envolvido em acontecimentos de outra dimensão, nomeadamente a classificação da Arte Chocalheira e do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da UNESCO e a obra de recuperação do Paço dos Henriques, entre outros.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

**Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão** – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara** – Relativamente à informação sobre a atividade da Câmara, o membro António Inácio Lopes perguntou ao senhor Presidente da Câmara se já tinha havido alguma evolução após a reunião que decorreu em Lisboa, no dia 7 de julho de 2016, com o chefe de Gabinete do Sr. Ministro do



Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, acerca do mapeamento das infraestruturas das áreas sociais, concretamente o Centro Social de Aguiar.

O senhor Presidente da Câmara informou que por ocasião da deslocação a Viana do Alentejo da Sra. Diretora Regional da Segurança Social no âmbito da visita à exposição da Universidade Sénior que decorreu na capela do antigo hospital, foi-lhe por ela transmitido que a operação de mapeamento está a ser efetuada a nível Central, não havendo ainda qualquer evolução. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que a própria CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central já enviou dois ofícios ao Ministério da Segurança Social acerca deste assunto, não tendo até à data obtido qualquer resposta.

**Ponto três) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes do Protocolo de Colaboração com a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo**

– O senhor Presidente da Câmara fez o enquadramento da matéria objeto deste ponto. Informou que o Município foi chamado a colaborar com a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo no sentido da assunção de parte das despesas decorrentes das obras de Conservação, Requalificação e Musealização do Santuário de Nossa Senhora D’Aires, em Viana do Alentejo. O compromisso assumido e que consta do protocolo celebrado, com duração de quatro anos e possibilidade de renovação por períodos sucessivos de um ano, é no sentido do Município transferir para a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo, uma importância até 7,5% do montante previsto para o investimento cuja estimativa é, nesta data, de um milhão e quinhentos mil euros.

Dado que as transferências de verba ocorrerão em tranches iguais previsivelmente de vinte e dois mil e quinhentos euros, durante o período de vigência do Protocolo (anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2010), há lugar à assunção de compromissos plurianuais cuja autorização compete à assembleia Municipal.

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.ºs 20/2012 de 14 de maio; 64/2012 de 20 de dezembro; 66-B/2012 de 31 de dezembro e 22/2015 de 17 de março, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a assunção dos encargos plurianuais decorrentes deste Protocolo.

**Ponto quatro) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da contratação de Serviços de Licenciamento de Software Microsoft**

– O senhor Presidente da Câmara fez o enquadramento da matéria objeto deste ponto. Informou que o conselho Intermunicipal da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, em reunião realizada a 13 de setembro corrente, deliberou desencadear um procedimento de contratação Pública ao Abrigo do Acordo Quadro previsto no art.º 259.º do Código dos Contratos Públicos, para Licenciamento de Software, no âmbito dos processos de Modernização Administrativa, Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa, em curso nos Municípios que integram a referida Comunidade



Intermunicipal, entre os quais está o Município de Viana do Alentejo. Os encargos inerentes ao procedimento em causa repercutir-se-ão nos anos de 2016, 2017 e 2018, no montante anual de 13.337,43 € (treze mil trezentos e trinta e sete euros e quarenta e três cêntimos), acrescido de IVA.

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.ºs 20/2012 de 14 de maio; 64/2012 de 20 de dezembro; 66-B/2012 de 31 de dezembro e 22/2015 de 17 de março, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a assunção dos encargos plurianuais decorrentes do Procedimento a desencadear pela CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, dado que o Município Viana do Alentejo será beneficiário do mesmo, tendo que suportar a sua quota parte dos custos inerentes.

**Ponto cinco) Pedido de autorização para atribuição de despesas de representação ao chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a nomear em regime de substituição, com efeitos a partir de 3 de outubro de 2016** – Sob Proposta da Câmara Municipal e nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto com a redação dada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a Assembleia deliberou por unanimidade a atribuição de despesas de representação ao chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano da Câmara Municipal – Dr. António Joaquim Vinagre Padeirinha.

O dirigente em causa é Técnico Superior do Instituto Politécnico de Beja, licenciado em Animação Sócio-Cultural e será nomeado chefe de Divisão em regime de substituição, com efeitos a partir de 3 de outubro de 2016

**Ponto seis) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes da contratação de fiscalização no âmbito da Empreitada de Requalificação do Espaço Público do Centro Histórico de Viana do Alentejo** – O senhor Presidente informou que à semelhança de anteriores situações, pretende o Município contratar os serviços de fiscalização da Empreitada de Requalificação do Espaço Público do Centro Histórico de Viana do Alentejo. Dado que os encargos com a referida contratação de serviços irão decorrer ao longo dos anos de 2016 e 2017, prevendo-se que em 2016 sejam de 18.204,00 € (dezoito mil duzentos e quatro euros) e que em 2017 sejam de 72.816,00 € (setenta e dois mil oitocentos e dezassete euros), compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção dos encargos plurianuais.

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.ºs 20/2012 de 14 de maio; 64/2012 de 20 de dezembro; 66-B/2012 de 31 de dezembro e 22/2015 de 17 de março, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a assunção dos encargos plurianuais decorrentes desta contratação de serviços



cujo procedimento será desencadeado com um preço base de 74.000,00 € (sessenta e quatro mil euros).

Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público.

O Sr. João Penetra, relativamente à intervenção do Sr. José Luis Pacheco sobre o facto da CDU não ter organizado qualquer manifestação contra o encerramento da Fratejo, disse que se a referida Empresa não tinha viabilidade económica, “a manifestação, a ocorrer, seria contra quem?”. Sublinhou que a Fratejo não é um organismo público.

Em resposta, o senhor José Luis Pacheco disse que “temos então em Viana um PCP especial que só se manifesta quando as questões são públicas”. Acrescentou que no resto do País se assiste à CDU a manifestar-se às portas das fábricas contestando os encerramentos enquanto que em Viana do Alentejo, quando as questões são privadas, não intervém.

O Sr. João Penetra referiu ficar satisfeito pelo facto do Sr. José Luis Pacheco concordar com a política da CDU a nível nacional.

O senhor Presidente da Câmara, quanto à participação em manifestações para reivindicar algo, disse que o modo de trabalho deste executivo tem sido diferente. Têm-se tentado atingir os objetivos pela via do diálogo, sem manifestações, nem placards. Assim está a acontecer quanto à Escola Dr. Isidoro de Sousa, quanto à saúde no concelho e assim aconteceu também quanto ao Paço dos Henriques. O senhor Presidente da Câmara acrescentou que se a via do diálogo deixar de funcionar, logo se partirá para outros meios de atuação.

O Sr. José Francisco Serrano Sabarigo sugeriu que seja encontrado um local alternativo à Rotunda do Rossio para iniciar e finalizar as viagens em autocarros municipais, dada a perigosidade do local e dadas as faixas etárias dos principais utilizadores (crianças e idosos).

O senhor Presidente da Câmara disse que tendo este município um olhar crítico e abrangente sobre toda a vila, é difícil não encontrar alguma situação merecedora de reparo.

O Sr. João Antunes disse que uma vez que irá ter lugar a segunda fase da obra de Requalificação do Espaço Público do Centro Histórico de Viana do Alentejo, não deverá a Câmara ceder a “demagogias” colocando cartazes a anunciar o arranque dos trabalhos a seis meses das eleições autárquicas, tal como fez o anterior executivo CDU. Deverá, sim, seguir os procedimentos utilizados aquando da primeira fase das obras do Centro Histórico.

O senhor Presidente da Assembleia, após aprovação por unanimidade da minuta relativa a esta ata, declarou encerrada a sessão às vinte e três horas e cinquenta minutos.



Aprovada a 18 de novembro de 2016.

O Presidente da Assembleia,

---

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---